



INTRODUÇÃO

TEA é uma síndrome do neurodesenvolvimento que apresenta déficits nas dimensões sociocomunicativa e comportamental. Segundo a legislação brasileira, todas as crianças – inclusive aquelas portadoras de TEA - devem ter acesso à escola regular, onde devem ser trabalhados meios de interação, no intuito de contribuir para o desenvolvimento do comportamento e da aprendizagem.

A escola é um ambiente de interação social que, portanto, estabelece um meio sociocultural que é fundamental na constituição dos sujeitos. A inclusão se dá com a criação de um ambiente que prioriza a valorização da diversidade, adequando-se às necessidades de todos os estudantes. Devido a isso, deve-se possibilitar aos educandos com deficiência processos de mediação mais qualificados, estímulos e desafios os quais permitem o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (CARNEIRO, 2006).

Todavia, existe um grande déficit de profissionais qualificados dentro das escolas e a ausência de formação especializada e de supervisão fazem com que o professor perca suas funções educacionais, passando a exercer um papel de cuidador, o que conseqüentemente prejudica a formação cognitiva do aluno. Devido a isto, é de grande importância conhecer a formação do professor e sua prática pedagógica, pois é ele quem leva a criança ao aprendizado (NUNES et.al., 2013).

Através deste trabalho objetiva-se elucidar se existem dificuldades do professor na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares. O estudo se dará em torno da verificação dessas supostas dificuldades encontradas na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista em um ambiente regular, buscando averiguar os obstáculos que podem se apresentar ao professor mediador frente ao comportamento dos educandos, haja vista a necessidade de viabilizar o aprendizado e o desenvolvimento do ser humano como um todo.

Tendo em vista a necessidade da formação integral do indivíduo, questiona-se: quais são as dificuldades que se apresentam na inclusão de crianças portadoras de TEA em escolas regulares e essas escolas possuem suporte adequado às necessidades dessas crianças que viabilizem seu desenvolvimento integral?

METODOLOGIA

A metodologia foi aportada em revisão de literatura, operacionalizada mediante a busca eletrônica de artigos, teses e dissertações, com o propósito de realizar análises críticas das abordagens efetuadas por autores distintos em relação ao termo autismo associado à inclusão escolar, educação especial, escolarização. Foram analisadas, de forma descritiva, quatro produções literárias

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos estudos analisados, constatou-se que as políticas governamentais ampliaram o ingresso de educandos com autismo nas escolas comuns, mas, oferecem uma educação débil e frágil, que não corresponde às reais necessidades do aluno com autismo.

As instituições sociais, como família e escola, são responsáveis pelo primeiro contato do indivíduo com a educação, a ética e a moral; como consequência, o que é vivido nesses locais é de grande importância para o desenvolvimento integral do ser humano. Dessa forma, destaca-se o quão prejudicial é uma educação debilitada e ineficaz, que não cumpre seu papel de formar cidadãos conscientes, incapacitando-os de exercerem sua cidadania com plenitude.

Ademais, no Brasil, os números de evasão escolar de crianças autistas ainda são preocupantes. Tais números podem ser explicados pelo rígido engessamento da grade curricular, que não oferece flexibilidade nas estratégias pedagógicas, desconsiderando as peculiaridades do desenvolvimento do aluno autista.

A escassa rede de apoio, dentro e fora do âmbito escolar, a falta de profissionais capacitados, de cursos para formação específica e a presença de atitudes segregacionistas dos colegas são dificuldades encontradas na inclusão desses alunos, o que contribui diretamente para a desistência dos pais frente às escolas regulares, pois se sentem inseguros diante de tantos empecilhos.

A Lei 13.146 de julho de 2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão, consagrou a política de educação inclusiva no Brasil. Todavia, faz-se necessário que a teoria seja convertida, com eficiência, em práticas escolares que possibilitem a real inclusão de crianças com transtorno autista em escolas regulares, assegurando-lhes o pleno desenvolvimento que lhes foi concedido legalmente pela Constituição Federal.